



DECISÃO ADMINISTRATIVA / PARECER IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PAL n.º: 005/2023

Pregão Eletrônico n.º: 003/2023

Recorrente: AGROMINAS COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA - EPP

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de adubos para o solo, mudas de plantas ornamentais, mudas de árvores e materiais para o jardim, para o plantio em canteiros praças, avenidas, rotatórias no município de Rio Vermelho (MG), conforme especificações constantes no anexo I do Edital.

I. ESCORÇO FÁTICO

Trata-se o presente expediente de pedido de Impugnação ao Edital da Prefeitura Municipal de Rio Vermelho (MG) feito pela empresa **Agrominas Comércio de Plantas LTDA – EP** que objetiva o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de adubos para o solo e mudas de plantas.

Em suas razões recursais, a Empresa Recorrente alega, em suma, a necessidade de retificação do edital, haja vista a suposta obrigatoriedade de *“que as plantas, utilizados neste Município sejam adquiridas de produtores ou comerciantes Cadastro Técnico Federal IBAMA do licitante”*.

Em suma, são os fatos. Passa-se a manifestar.



**GERÊNCIA DE
LICITAÇÃO E
CONTRATOS**



II. DA TEMPESTIVIDADE

O Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2023 estabelece as seguintes regras para a impugnação ao edital de licitação:

5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.

Considerando que o dia 03/02/2023 foi estabelecido para abertura da sessão e que a presente impugnação foi entregue em 18/01/2023, resta, portanto, TEMPESTIVO.

III. DA ANÁLISE DO PEDIDO

Em síntese, a impugnante solicita que seja exigido dos licitantes Comprovante de Registro do fabricante ou comerciantes do produto ora demandado pela Administração a inscrição no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Razão não socorre a Recorrente.

A exigência acima mencionada assegura que o **processo de fabricação** está sendo acompanhado e fiscalizado pelo Órgão competente, porém, o processo de licitação, visando assegurar a oportunidade de todos cidadãos em pressuposta igualdade de condições, participarem da própria ofertarem de bens



e serviços ao Poder Público, não se mostra adequado restringir a concorrência, como pretende a recorrente. Isso porque tal exigência aplica-se tão somente ao fabricante, excluindo revendedores, distribuidores ou comerciantes, tendo vistas estes últimos não desempenharem diretamente atividade poluidoras, não sendo obrigados a registrar-se no CTF do IBAMA.

Desta forma, incluir a referida exigência no edital tende a prejudicar a competitividade, regra de ouro dos processos licitatórios.

Ademais, dispõe o artigo 17, inciso II da Lei nº 6.938/81:

Art.17. Fica instituído, sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis -IBAMA.

(...)

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

No entanto, o presente certame não pretende contratar empresa que exerça atividade potencialmente poluidor, uma vez que os itens solicitados serão objeto de "aquisição". A atividade potencialmente poluidora mencionada no artigo supracitado se refere à fabricação, sendo certo que o objeto do presente certame é o fornecimento de materiais.

Ademais, como sabido e consabido, a Lei Federal n.º: 8.666/93, cujo qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências, em seu artigo 3º, § 1º, I, **especificou acerca da vedação aos**



agentes públicos da inserção de cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, senão vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (grifamos)

Não obstante à previsão legal alhures transcrita, temos que o instrumento convocatório deflagrado, em conformidade com a legislação de regência, furtara-se de inserção de qualquer cláusula ou exigência que frustrasse a concorrência do certame supra.



**GERÊNCIA DE
LICITAÇÃO E
CONTRATOS**

Praça Nossa Senhora Pena, 380 - Rio Vermelho - MG - Brasil - (33) 3436-1361
licitar@riovermelho.mg.gov.br - riovermelho.mg.gov.br



IV. DAS CONCLUSÕES

Ex positis, considerando as razões expostas no teor desta Decisão Administrativa / Parecer Jurídico, presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, **CONHECE-SE das razões recursais interposta**, posto que tempestiva para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, MANTENDO INCÓLUME O EDITAL ORA ATACADO, pelos fundamentos carreados no bojo desta.

Salvo melhor juízo, é o despacho administrativo.

Rio Vermelho (MG), 26 (vinte e seis) de janeiro de 2023.

Rogério Vieira Campos Leal

Preogeiro

De acordo:

JUSCELE AGNES
RODRIGUES E SILVA
MIRANDA:0647318
1644

Assinado de forma digital
por JUSCELE AGNES
RODRIGUES E SILVA
MIRANDA:06473181644
Dados: 2023.01.27
08:19:57 -03'00'

Juscele Agnes Rodrigues e Silva Miranda

OAB/MG n.º: 112.677



**GERÊNCIA DE
LICITAÇÃO E
CONTRATOS**